



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**03/04/2013**



# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	1 - 3
1.2. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	4 - 5
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. DESEMBARGADORES.....	6 - 7
2.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	8
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	9
3.2. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	10 - 11
3.3. VARAS CRIMINAIS.....	12 - 13
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. AÇÕES TJMA.....	14
4.2. DESEMBARGADORES.....	15
4.3. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	16 - 17
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. AÇÕES TJMA.....	18
5.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	19
5.3. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	20
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. PUBLICIDADE LEGAL.....	21
7. JORNAL O QUARTO PODER	
7.1. AÇÕES TJMA.....	22
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. AÇÕES TJMA.....	23
8.2. CONVÊNIOS.....	24
8.3. DESEMBARGADORES.....	25 - 26
8.4. EXECUÇÕES PENAIS.....	27
8.5. PUBLICIDADE LEGAL.....	28
8.6. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	29
8.7. SERVIDORES.....	30 - 31
8.8. VARAS CRIMINAIS.....	32

Pág. 3

## Sebastião Uchôa participa de reunião com Grupo de Monitoramento Carcerário do TJ



➡ Sebastião Uchôa reunido com os integrantes do Grupo de Monitoramento

## Secretário Sebastião Uchôa participa de reunião com Grupo de Monitoramento Carcerário do TJ

O secretário de Estado de Justiça e de Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, participou, nesta segunda-feira (1º), da reunião do Grupo de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão. Em pauta, a situação dos presos do interior do estado que se encontram nas unidades prisionais de São Luís e dos presos provisórios e, ainda, o ensino nos presídios em 2013.

Segundo Uchôa, a situação dos cerca de 1.200 presos do interior que estão cumprindo pena nas unidades prisionais da capital deve ser resolvida a médio e longo prazos, já que existe a necessidade da construção de novos presídios no interior para sanar essa demanda. "Quanto aos internos do interior, em condição de liberdade, que não possuem condições de retornar prontamente para sua cidade,

vamos providenciar junto a Secretaria-Adjunta de Justiça, por meio de recursos do Fundo Penitenciário (Funpen), uma casa que sirva de abrigo a eles".

Para o coordenador em exercício do Grupo de Monitoramento, o juiz Douglas de Melo Martins, a presença do secretário Sebastião Uchôa nas reuniões do grupo é de extrema importância para que os problemas sejam resolvidos prontamente, como neste caso dos presos do interior. "Parabéns à Sejap pelo valor e apreço que tem demonstrado com o grupo de monitoramento", ressaltou o juiz.

O juiz Douglas Martins abordou a necessidade da diminuição no número de presos provisórios do estado e da importância das instituições trabalharem juntas para que o Maranhão alcance a

marca nacional que é de 40%. "A ideia é unirmos força para tornar essa diminuição possível e sem a necessidade de fazer o mutirão carcerário" explicou.

Pensando no acompanhamento dos egressos do sistema, Uchôa pontuou a criação, pela Sejap, do núcleo de monitoramento ao egresso que contará com cinco equipes volantes prontas para fazer todo o acompanhamento junto ao ex-detento.

No quesito educação nos presídios em 2013, a coordenadora de Educação nas Prisões da Seduc, Silvana Lima, explicou que o edital para contratação dos professores e material para as salas de aula das unidades do interior do estado já foram providenciados.

O secretário-adjunto de Justiça, Frei Ribamar Cardoso, apresentou o novo coorde-

nador do núcleo de educação, professor Elias, e explicou que por parte da Sejap será oferecido o ambiente, os alunos e a segurança para o ensino. "A educação é fundamental para a ressocialização, ela transforma e reintegra" relatou. Ele frisou que as parcerias já foram firmadas para os cursos de capacitação voltados aos presos do regime semi-aberto e, ainda, o retorno dos núcleos de saúde, trabalho e renda, laborterapia, assistência psicológica, social, religiosa e a novidade que é o núcleo de assistência ao servidor do órgão.

Presentes, também, na reunião representantes dos Conselhos Penitenciário do Maranhão, da Comunidade, da Defensoria Pública e da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) de Pedreiras e de São Luís. A



# Advogado é empossado corregedor do sistema penitenciário do Maranhão



Secretário Sebastião Uchôa empossa o novo corregedor geral sistema penitenciário

O secretário de Estado de Justiça e de Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, empossou o advogado Ribamar Nascimento como corregedor geral do sistema penitenciário do Estado, no lugar de Alexandre Benigno. Na cerimônia de posse aconteceu, na segunda-feira (1º), na sede da Secretaria de Estado de

Justiça e de Administração Penitenciária (Sejap), em São Luís. Presentes na solenidade de posse, a subsecretária da Sejap, Leopoldina Amélia Barros; e os secretários-adjuntos de Justiça, José Ribamar Cardoso Lima e de Estabelecimentos Penais, Fredson Maciel.

Sebastião Uchôa falou da responsabilidade que o novo corregedor

terá à frente da Corregedoria Geral do sistema penitenciário do Maranhão. Uma das demandas é a criação de duas comissões: uma para apurar atos infracionais praticados por servidores e a segunda voltada para os atos delituosos cometidos por apenados.

O novo corregedor informou que visitará todos os estabelecimentos carcerários do Maranhão a fim de que sejam obtidas as informações necessárias para uma boa condução da Corregedoria. "As ações tomadas pela Corregedoria será em prol do melhoramento do sistema penitenciário".

O ex-corregedor, Alexandre Benigno, ocupará função dentro da Corregedoria, institui-

ção onde trabalha desde 2004.

## Boas vindas

A subsecretária do órgão, Leopoldina Amélia Barros, afirmou que o novo corregedor vai desempenhar, da melhor maneira, as suas funções "objetivando, acima de tudo, o progresso do sistema", destacou. O secretário-adjunto de Justiça, Ribamar Cardoso Lima, acredita na continuidade das ações por parte do advogado Ribamar Nascimento. "Sei que todos nós estamos trabalhando para garantir avanços significativos dentro do sistema e o novo corregedor tem esse foco". Para o secretário-adjunto de Estabelecimentos Penais, Fredson Maciel, é preciso unir forças em prol do aprimoramento do sistema penitenciário.

Pág. 3

## Devedores de custas processuais terão nomes negativados



Celerita Dinorah explica que a cobrança é disciplinada por resolução do TJ

## Devedores de custas processuais terão nomes negativados



Celerita Dinorah explica que a cobrança é disciplinada por resolução do TJ

Devedores de custas processuais finais com débitos inscritos na dívida ativa do Estado do Maranhão terão seus nomes negativados junto aos órgãos de proteção ao crédito (SPC e SERASA).

Dados do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Poder Judiciário (FERJ) apontam que, de 2010 até setembro de 2012, cerca de 2.560 certidões de débito foram encaminhadas à Secretaria de Estado da Fazenda, totalizando R\$ 844.977,07.

A cobrança é autorizada pela Lei Federal nº 12.767/2012, que inclui entre os títulos sujeitos a protesto as certidões de dívida ativa da União, dos estados, Distrito Federal, municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas.

“É gerada uma certidão quando o FERJ solicita ao Estado a inclusão do débito na dívida ativa. O documento é levado ao cartório da localidade do domicílio do devedor, a fim de que seja protestado e seu nome negativado, em caso de não pagamento”, explica a diretora do Fundo, Celerita Dinorah Carvalho.

O devedor que quiser pagar a dívida após a notifi-

cação do cartório, ou mesmo após o protesto, poderá fazê-lo desde que pague o valor do débito, os emolumentos cartorários e as despesas com o protesto, a fim de que seu nome seja retirado dos órgãos de proteção ao crédito.

Disciplinada pela Resolução 29/2009 do TJMA, a cobrança é aplicada somente para custas processuais finais com valor superior a R\$ 200,00 na entrância final; a R\$ 100,00 na entrância intermediária; e a R\$ 50,00 na entrância inicial.

“Quando as custas finais importam em valores inferiores aos mencionados, o contador judicial lança os dados da dívida em sistema informatizado, autorizando eletronicamente a baixa e o arquivamento do processo”, diz a diretora do FERJ.

A inclusão na dívida ativa é feita somente após a notificação do devedor através de carta para pagamento do débito no prazo de 30 dias. Inexistindo pagamento, seja pela não localização do devedor ou por não cumprimento do prazo, é expedida a certidão de débito para a baixa e o arquivamento do processo judicial.

# TRE abre nova vaga para juiz substituto



# TRE abre nova vaga para juiz substituto

Em ofício enviado ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, o presidente do TRE-MA, desembargador José Bernardo Rodrigues, informa a abertura de vaga para o cargo de juiz substituto na classe de desembargador.

A vaga surge em decorrência da posse do desembargador Froz Sobrinho nos cargos de vice-presidente e corregedor regional eleitoral, no dia 25 de fevereiro de 2013. A escolha de novo nome para preencher a vaga será feita pelo Pleno do TJMA.

# Secretário participa de reunião com Grupo de Monitoramento Carcerário

O secretário de Estado de Justiça e de Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, participou, na segunda-feira (1º), da reunião do Grupo de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão. Em pauta, a situação dos presos do interior do estado que se encontram nas unidades prisionais de São Luís e dos presos provisórios e, ainda, o ensino nos presídios em 2013.

Segundo Uchôa, a situação dos cerca de 1.200 presos do interior que estão cumprindo pena nas unidades prisionais da capital deve ser resolvida a médio e longo prazos, já que existe a necessidade da construção de novos presídios no interior para sanar essa demanda. "Quanto aos internos do interior, em condição de liberdade, que não possuem condições de retornar prontamente para sua cidade, vamos providenciar junto a Secretaria-Adjunta de Justiça, por meio de recursos do Fundo Penitenciário (Funpen), uma casa que sirva de abrigo a eles".

Para o coordenador em exercício do Grupo de Monitoramento, o juiz Douglas de Melo Martins, a presença do secretário Sebastião Uchôa nas reuniões do grupo é de extrema importância para que os problemas sejam resolvi-



**Secretário Sebastião Uchôa reunido com os integrantes do Grupo de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça**

dos prontamente, como neste caso dos presos do interior. "Parabéns à Sejap pelo valor e apreço que tem demonstrado com o grupo de monitoramento", ressaltou o juiz.

O juiz Douglas Martins abordou a necessidade da diminuição no número de presos provisórios do estado e da importância das instituições trabalharem juntas para que o Maranhão alcance a marca nacional que é de 40%. "A ideia é unirmos força para tornar essa diminuição possível e sem a necessidade de fazer o mutirão carcerário" explicou.

Pensando no acompanhamento dos egressos do sistema, Uchôa pontuou a criação, pela Sejap, do núcleo de

monitoramento ao egresso que contará com cinco equipes volantes prontas para fazer todo o acompanhamento junto ao ex-detento.

No quesito educação nos presídios em 2013, a coordenadora de Educação nas Prisões da Seduc, Silvana Lima, explicou que o edital para contratação dos professores e material para as salas de aula das unidades do interior do estado já foram providenciados.

O secretário-adjunto de Justiça, Frei Ribamar Cardoso, apresentou o novo coordenador do núcleo de educação, professor Elias, e explicou que por parte da Sejap será oferecido o ambiente, os alunos e

a segurança para o ensino. "A educação é fundamental para a ressocialização, ela transforma e reintegra" relatou. Ele frisou que as parcerias já foram firmadas para os cursos de capacitação voltados aos presos do regime semi-aberto e, ainda, o retorno dos núcleos de saúde, trabalho e renda, laborterapia, assistência psicológica, social, religiosa e a novidade que é o núcleo de assistência ao servidor do órgão.

Presentes, também, na reunião representantes dos Conselhos Penitenciário do Maranhão, da Comunidade, da Defensoria Pública e da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) de Pedreiras e de São Luís.

## Secretário participa de reunião com Grupo de Monitoramento



Reunião discutiu a situação dos presos do interior lotados em São Luís

O secretário de Estado de Justiça e de Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, participou, na última segunda-feira (1º), da reunião do Grupo de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão. Em pauta, a situação dos presos do interior do estado que se encontram nas unidades prisionais de São Luís e dos presos provisórios e, ainda, o ensino nos presídios em 2013.

Segundo Uchôa, a situação dos cerca de 1.200 presos do interior que estão cumprindo pena nas unidades prisionais da capital deve ser resolvida a médio e longo prazos, já que existe a necessidade da construção de novos presídios no interior para sanar essa demanda. "Quanto aos internos do interior, em condição de liberdade, que não possuem condições de retornar prontamente para sua cidade, vamos providenciar junto a Secretaria-Adjunta de Justiça, por meio de recursos do Fundo Penitenciário (Funpen), uma casa que sirva de abrigo a eles".

Para o coordenador em exercício do Grupo de Monitoramento, o juiz Douglas de Melo Martins, a presença do secretário Sebastião Uchôa nas reuniões do grupo é de extrema importância para que os problemas sejam resolvidos prontamente, como neste caso dos presos do interior. "Parabéns à Sejam pelo valor e apreço que tem demonstrado com o grupo de monitoramento", ressaltou o juiz.

O juiz Douglas Martins abordou a necessidade da diminuição no número de presos provisórios do estado e da importância das instituições trabalharem juntas para que o

Maranhão alcance a marca nacional que é de 40%. "A ideia é unirmos força para tornar essa diminuição possível e sem a necessidade de fazer o mutirão carcerário" explicou.

Pensando no acompanhamento dos egressos do sistema, Uchôa pontuou a criação, pela Sejam, do núcleo de monitoramento ao egresso que contará com cinco equipes volantes prontas para fazer todo o acompanhamento junto ao ex-detento.

No quesito educação nos presídios em 2013, a coordenadora de Educação nas Prisões da Seduc, Silvana Lima, explicou que o edital para contratação dos professores e material para as salas de aula das unidades do interior do estado já foram providenciados.

O secretário-adjunto de Justiça, Frei Ribamar Cardoso, apresentou o novo coordenador do núcleo de educação, professor Elias, e explicou que por parte da Sejam será oferecido o ambiente, os alunos e a segurança para o ensino. "A educação é fundamental para a ressocialização, ela transforma e reintegra" relatou. Ele frisou que as parcerias já foram firmadas para os cursos de capacitação voltados aos presos do regime semi-aberto e, ainda, o retorno dos núcleos de saúde, trabalho e renda, laborterapia, assistência psicológica, social, religiosa e a novidade que é o núcleo de assistência ao servidor do órgão.

Presentes, também, na reunião representantes dos Conselhos Penitenciário do Maranhão, da Comunidade, da Defensoria Pública e da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) de Pedreiras e de São Luís.



## **Devedores de custas processuais terão nomes inscritos no SPC**



A cobrança é autorizada pela Lei Federal nº 12.767/2012, que inclui entre os títulos sujeitos a protesto as certidões de dívida ativa da União, dos estados, Distrito Federal, municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas.



# Devedores de custas processuais terão nomes inscritos no SPC

Devedores de custas processuais finais com débitos inscritos na dívida ativa do Estado do Maranhão terão seus nomes negativados junto aos órgãos de proteção ao crédito (SPC e SERASA).

Dados do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Poder Judiciário (FERJ) apontam que, de 2010 até setembro de 2012, cerca de 2.560 certidões de débito foram encaminhadas à Secretaria de Estado da Fazenda, totalizando R\$ 844.977,07.

A cobrança é autorizada pela Lei Federal nº 12.767/2012, que inclui entre os títulos sujeitos a protesto as certidões de dívida ativa da União, dos estados, Distrito Federal, municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas.

"É gerada uma certidão quando o FERJ solicita ao Estado a inclusão do débito na dívida ativa. O documento é levado ao cartório da localidade do domicílio do devedor, a fim de que seja protestado e seu nome negativado, em caso de não pagamento", explica a diretora do Fundo, Celerita Dinorah Carvalho.

O devedor que quiser pa-

gar a dívida após a notificação do cartório, ou mesmo após o protesto, poderá fazê-lo desde que pague o valor do débito, os emolumentos cartorários e as despesas com o protesto, a fim de que seu nome seja retirado dos órgãos de proteção ao crédito.

Disciplinada pela Resolução 29/2009 do TJMA, a cobrança é aplicada somente para custas processuais finais com valor superior a R\$ 200,00 na entrância final; a R\$ 100,00 na entrância intermediária; e a R\$ 50,00 na entrância inicial.

"Quando as custas finais importam em valores inferiores aos mencionados, o contador judicial lança os dados da dívida em sistema informatizado, autorizando eletronicamente a baixa e o arquivamento do processo", diz a diretora do FERJ.

A inclusão na dívida ativa é feita somente após a notificação do devedor através de carta para pagamento do débito no prazo de 30 dias. Inexistindo pagamento, seja pela não localização do devedor ou por não cumprimento do prazo, é expedida a certidão de débito para a baixa e o arquivamento do processo judicial.



Diretora do FERJ, Celerita Dinorah Carvalho

## Assaltante foragido da Justiça é recapturado pela Polinter

Investigadores lotados na Delegacia de Polícia Interestadual (Polinter) prenderam, na terça-feira (2), Wadih Nemer Damous Sobrinho, 46 anos, foragido da Justiça. Contra ele, havia um mandado de prisão, com sentença condenatória,

expedido no último dia 15, pelo juiz da 3ª Vara Criminal da Capital, José Gonçalo filho.

De acordo com informações, ele teria cometido um assalto, em 2003, a um posto de combustível no bairro São Francisco, em São Luís. A pri-

são ocorreu na residência do suspeito (Rua 39, Quadra 28, casa 9, Conjunto Vinhais), depois de informações repassadas ao Disque- Denúncia (3223 5800 em São Luís e 0300 313 5800 no interior do Maranhão) indicando o paradeiro

do foragido.

Wadih Damous foi conduzido à sede da Polinter e transferido, em seguida, para o Centro de Triagem, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde vai cumprir a sentença de cinco anos e quatro meses.

## 2ª Vara Criminal inicia série de Júris populares

A 2ª Vara Criminal de Imperatriz dá início, amanhã, quinta-feira (4), no Salão de Júris do fórum da comarca, a uma série de júris cujo encerramento ocorre no próximo dia 25. Comandados pela titular da unidade, juíza Suely de Oliveira Santos Feitosa, os júris, agendados para os dias 4, 11, 18 e 25, integram a pauta da 1ª Reunião Ordinária do Tribunal do Júri.

**Foragido** - No primeiro julgamento da série, o réu foragido Silvio Andrade Costa, 33 anos, responde pela acusação de homicídio praticado contra Edilson Freitas Santiago, 38 anos. O crime ocorreu no dia 27 de janeiro de 2002, por volta das 0h30, em um bar situado no local denominado Vilinha, quando da realização de uma seresta que acontecia no estabelecimento.

De acordo com os autos, na ocasião a vítima, em adiantado estado de embriagues, teria sido

atingida por dois tiros disparados pelo acusado quando passava por esse em direção ao banheiro do bar. Ainda segundo os autos, após o crime o réu teria se evadido do local, de arma em punho, e ameaçando os presentes.

Silvio permaneceu foragido durante vários anos e teve a prisão preventiva decretada e o processo suspenso. Preso em Belém (PA) por crime praticado no lugar, Silvio teve a prisão comunicada ao Juízo, quando o processo retomou o curso normal e o acusado intimado da data do júri. No fim do ano passado, o réu fugiu do presídio onde se encontrava.

**Garrafa** - No segundo julgamento da série, no dia 11, Reginaldo de Melo Pimentel e Emerson Gomes de Oliveira vão a júri pela tentativa de homicídio que teve como vítima Mauro Sousa Silva. Outro acusado do crime, Jairam Mendes

de Sousa, faleceu em 7 de dezembro de 2012, tendo extinta sua punibilidade.

Consta do processo que o crime teria ocorrido no dia 5 de dezembro de 2007, em um bar de propriedade da vítima, quando, após Emerson e Jairam ingerirem duas cervejas, o primeiro, utilizando-se de uma garrafa, teria atingido Mauro na cabeça. Em seguida, Jairam teria sacado de um revólver com o qual desferiu dois disparos em direção à vítima.

Após o ocorrido, Emerson e Jairam teriam saído do local em desabalada carreira em um veículo dirigido por Reginaldo. Emerson foi reconhecido pela vítima em um lava-jato onde trabalhava e onde Mauro teria levado um carro para lavar. A polícia foi avisada e Emerson confessou o crime, bem como a participação dos outros dois acusados.

Ainda de acordo com o pro-

cesso, Emerson e Jairam teriam sido levados ao local do crime por Reginaldo, que teria contratado os dois, mediante recompensa, para matarem Mauro. O motivo do crime seria uma discussão travada anteriormente entre Reginaldo e Mauro, acerca da paternidade do filho de uma mulher conhecida como Dinéia, paternidade essa atribuída à vítima.

No dia 18, a ré é Francisca Neusangela Mendes. Ela responde por tentativa de homicídio qualificado.

**Ex-prefeito** - No último julgamento da série, no dia 25, os réus são Idelsio Gonçalves de Oliveira, o Juça, ex-prefeito de São Pedro da Água Branca e a esposa, Edilane Pereira do Nascimento. Eles são acusados de serem os mandantes do homicídio (qualificado) do secretário de Meio Ambiente do município, Osmar Luna Peixoto.



# Comarcas do Maranhão vão ganhar 2.300 novos computadores do CNJ

Equipamentos doados pelo Conselho Nacional de Justiça e que incluem lote com igual número de *no-breaks* já chegaram à capital e serão instalados nas 112 comarcas maranhenses e também nas 40 Varas Judiciais do Fórum de São Luís

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) vai instalar 2.300 computadores novos nas 112 comarcas do estado e também nas mais de 40 Varas Judiciais do Fórum de São Luís, informou ontem o presidente da Corte de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

Os equipamentos doados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e que incluem lote com igual número de *no-breaks* já chegaram à capital.

O *no-break* é uma ferramenta que tem a mesma função do estabilizador, mas com uma diferença: dispõe de uma bateria que é carregada enquanto o computador está em uso.

Se houver uma queda de energia, o *no-break* mantém o computador ligado de 15 a 30 minutos. Com 4 gigabytes de memória e HD de 500 megabytes, os computadores têm configuração superior aos que estão em uso no Judiciário estadual.

"Vamos atualizar o acervo e substituir ferramentas de trabalho por outras mais potentes. Todos os computadores do Judiciário têm dois anos de uso no máximo", explicou o presidente Guerreiro Júnior.

Nos últimos dois anos, o Tribunal de Justiça do Maranhão enviou cerca de 2.300 computadores novos a comarcas de todo o estado.

Os juízes auxiliares da presi-

dência, Francisca Galiza e José Nilo Ribeiro Filho, e o diretor de Informática Paulo Rocha Neto coordenarão a seleção de comarcas a serem atendidas prioritariamente.

Para se habilitar, o juiz titular, ou servidor por ele autorizado, deve cadastrar requisição no Digidoc (Sistema de Movimentação de Arquivos do Judiciário).

**Sem desperdícios** - Com esse procedimento, o Tribunal de Justiça quer evitar desperdícios. Há registro de vários casos de computadores requeridos por comar-

cas sem necessidade.

Eram guardados sob a justificativa de futura reposição e acabavam se perdendo por longa inatividade e oxidação dos componentes. A grande maioria das perdas no setor, contudo, tem como alvo os *no-breaks*, em razão de oscilações elétricas.

Antes de enviar as peças substituídas a Brasília, o TJMA vai levar consulta ao CNJ sobre a possibilidade de cessão de parte dos produtos usados a entidades filantrópicas e delegacias do interior, confirmou o juiz Nilo Ribeiro.



O desembargador Antonio Guerreiro Júnior diz que vai atualizar acervos e substituir equipamentos

## Números

### Equipamentos doados

**112**

Comarcas beneficiadas

**2.300**

Número de micros

**2.300**

Número de *no-breaks*

### Especificação dos micros

- modelo Infoway ST 4265, processador Pentium G840, memória RAM 4 Gb, HD 500 Gb e monitor LCD 19.

### Especificação dos *no-breaks*

- potência - 700 vA



## **Vaga aberta**

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador José Bernardo Rodrigues, comunicou ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior, a abertura de vaga de juiz substituto na classe de desembargador.

A vaga surge em decorrência da posse do desembargador Froz Sobrinho, que era substituto, na vaga aberta com a saída da desembargadora Anildes Cruz.

A escolha de novo nome para preencher a vaga será feita pelo Pleno do TJ.

## Estado Maior

### Devedores de custas vão para SPC e Serasa

Devedores de custas processuais com débitos inscritos na Dívida Ativa do Estado serão terã seus nomes negativados nos órgãos de proteção ao crédito. Entre 2010 e 2012, mais de duas mil certidões de débitos foram encaminhadas ao Fisco estadual. **Política 3**

## — Devedor será negativado —

**D**evedores de custas processuais finais com débitos inscritos na dívida ativa do Estado do Maranhão terão seus nomes negativados junto aos órgãos de proteção ao crédito (SPC e Serasa). Dados do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Poder Judiciário (FERJ) apontam que, de 2010 até setembro de 2012, cerca de 2.560 certidões de débito foram encaminhadas à Secretaria de Estado da Fazenda, totalizando R\$ 844.977,07.

A cobrança é autorizada pela Lei Federal nº 12.767/2012, que inclui entre os títulos sujeitos a protesto as certidões de dívida ativa da União, dos estados, Distrito Federal, municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas.

"É gerada uma certidão quando o FERJ solicita ao Estado a inclusão do débito na dívida ativa. O documento é levado ao cartório da localidade do domicílio do devedor, a fim de que seja protestado e seu nome negativado", explica a diretora do Fundo, Celerita Dinorah Carvalho.

O devedor que quiser pagar a dívida após a notificação do cartório, ou mesmo após o protesto, poderá fazê-lo desde que pague o valor do débito, os emolumentos cartorários e as despesas com o protesto, a fim de que seu nome seja retirado dos órgãos de proteção ao crédito. Disciplinada pela Resolução 29/2009 do TJMA, a cobrança é aplicada somente para custas processuais finais com valor superior a R\$ 200,00 na entrância final; a R\$ 100,00 na entrância intermediária; e a R\$ 50,00 na entrância inicial.

A inclusão na dívida ativa é feita somente após a notificação do devedor através de carta para pagamento do débito no prazo de 30 dias. Inexistindo pagamento, seja pela não localização do devedor ou por não cumprimento do prazo, é expedida a certidão de débito para a baixa e o arquivamento do processo judicial.

É isso aí.

## TJMA vai instalar 2.300 micros em comarcas

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) vai instalar 2.300 computadores novos nas 112 comarcas do Estado, e também nas mais de 40 varas judiciais do fórum de São Luís, informou ontem (2) o presidente da Corte de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

Os equipamentos doados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e que incluem lote com igual número de no-breaks, já chegaram a esta ca-

pital. Com 4 gigabytes de memória e HD de 500 megabytes, os micros têm configuração superior aos que estão em uso no Judiciário estadual.

Os juízes auxiliares da presidência, Francisca Galiza e José Nilo Ribeiro Filho, e o diretor de Informática Paulo Rocha Neto irão coordenar a seleção de comarcas a serem atendidas prioritariamente. Para se habilitar, o juiz titular, ou servidor por ele autorizado, deve cadastrar requi-

sição no Digidoc (sistema de movimentação de arquivos do Judiciário).

**PRECAUÇÃO** - Com esse procedimento o Tribunal quer evitar desperdícios. Há registro de vários casos de computadores requeridos por comarcas sem necessidade. Eram guardados sob a justificativa de futura reposição, e acabavam se perdendo por longa inatividade e oxidação dos componentes. A maioria das perdas no setor, contudo, tem

como alvos os no-breaks, em razão de oscilações elétricas.

Antes de enviar as peças substituídas a Brasília, o TJMA vai levar consulta ao CNJ sobre a possibilidade de cessão de parte dos produtos usados a entidades filantrópicas e delegacias do interior, confirma o juiz Nilo Ribeiro. "Seria uma forma de a Justiça contribuir com a inclusão digital de entidades e órgãos que prestam serviços relevantes à sociedade", justifica.



## • Grupo de Monitoramento Carcerário

O secretário de Estado de Justiça e de Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, participou, na segunda-feira (1º), da reunião do Grupo de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão. Em pauta, a situação dos presos do interior do estado que se encontram nas unidades prisionais de São Luís e dos presos provisórios e, ainda, o ensino nos presídios em 2013. Segundo Uchôa, a situação dos cerca de 1.200 presos do interior que estão cumprindo pena nas unidades prisionais da capital deve ser resolvida a médio e longo prazos, já que existe a necessidade da construção de novos presídios no interior para sanar essa demanda. "Quanto aos internos do interior, em condição de liberdade, que não possuem condições de retornar prontamente para sua cidade, vamos providenciar junto a Secretaria-Adjunta de Justiça, por meio de recursos do Fundo Penitenciário (Funpen), uma casa que sirva de abrigo a eles".

## 'LISTA NEGRA'

# Devedores de custas processuais terão nomes negativados

Devedores de custas processuais finais com débitos inscritos na dívida ativa do Estado do Maranhão terão seus nomes negativados junto aos órgãos de proteção ao crédito (SPC e SERASA).

Dados do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Poder Judiciário (FERJ) apontam que, de 2010 até setembro de 2012, cerca de 2.560 certidões de débito foram encaminhadas à Secretaria de Estado da Fazenda, totalizando R\$ 844.977,07.

A cobrança é autorizada pela Lei Federal nº 12.767/2012, que inclui entre os títulos sujeitos a protesto as certidões de dívida ativa da União, dos estados, Distrito Federal, municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas.

"É gerada uma certidão quando o FERJ solicita ao Estado a inclusão do débito na dívida ativa. O documento é levado ao cartório da localidade do domicílio do devedor, a fim de que seja protestado e seu nome negativado, em caso de não pagamento", explica a diretora do Fundo, Celerita Dinorah Carvalho.

O devedor que quiser pagar a dívida após a notificação do cartório, ou mesmo após o protesto, poderá fazê-lo desde que pague o valor do débito, os emolumentos cartorários e as despesas com o protesto, a fim de que seu nome seja retirado dos órgãos de proteção ao crédito.

**RESOLUÇÃO** - Disciplinada pela Resolução 29/2009 do TJMA, a cobrança é aplicada somente para custas processuais finais com valor superior a R\$ 200,00 na entrância final; a R\$ 100,00 na entrância intermediária; e a R\$ 50,00 na entrância inicial.

"Quando as custas finais importam em valores inferiores aos mencionados, o contador judicial lança os dados da dívida em sistema informatizado, autorizando eletronicamente a baixa e o arquivamento do processo", diz a diretora do FERJ.

A inclusão na dívida ativa é feita somente após a notificação do devedor através de carta para pagamento do débito no prazo de 30 dias. Inexistindo pagamento, seja pela não localização do devedor ou por não cumprimento do prazo, é expedida a certidão de débito para a baixa e o arquivamento do processo judicial.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO  
FÓRUM DES. SARNEY COSTA  
8ª VARA CÍVEL, COMÉRCIO E REGISTROS PÚBLICOS  
Tel: 3194-5493

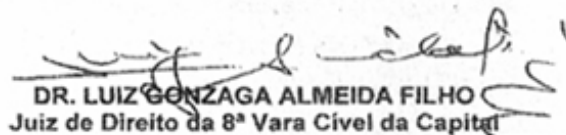
**EDITAL DE CITAÇÃO**  
COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

DR. LUIZ GONZAGA ALMEIDA FILHO, JUIZ DE  
DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL, DA COMARCA DE  
SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO  
MARANHÃO, NA FORMA DA LEI, et coetera .....

**FAZ SABER**, a todos quanto ao presente EDITAL  
DE CITAÇÃO COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS. AÇÃO DE  
INTERPELAÇÃO JUDICIAL - processo n.º 15716-94.2012.8.10.0001.  
Como parte interpelante **DIMENSÃO ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO  
LTDA**, sociedade empresária, com endereço na RUA DO ARIRIZAL,  
QD. I, N.º 06-A, RESIDENCIAL ARARAS, COHAMA, SÃO LUÍS - MA.  
Advogado da parte autora DR. CARLOS EDUARDO CAVALCANTI.  
Como parte interpelada **JOSÉ HOLANDA SOBRINHO E SILVYA  
HELENA DA SILVA COELHO**.

Visa o presente a **CITAÇÃO DA PARTE INTERPELADA: JOSÉ  
HOLANDA SOBRINHO E SILVYA HELENA DA SILVA COELHO,  
PESSOAS FÍSICAS QUE ENCONTRAM-SE EM LOCAL INCERTO E  
NÃO SABIDO**. Dado e passado nesta cidade de São Luís, Capital do  
Estado do Maranhão, nesta 8ª Secretaria Cível. Aos dez dias do mês de  
setembro do ano de 2012. Eu, Anna Carolina Pinheiro Vale,  
Secretária Judicial, mandei digitar e assino,  
juntamente com o MM. Juiz de Direito.

São Luís (MA), 10 de setembro de 2012

  
DR. LUIZ GONZAGA ALMEIDA FILHO  
Juiz de Direito da 8ª Vara Cível da Capital



## Maranhão

### TJ vai instalar 2.300 micros em comarcas

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) vai instalar 2.300 computadores novos nas 112 comarcas do Estado, e também nas mais de 40 varas judiciais do fórum de São Luís, informou nesta terça-feira (2) o presidente da Corte de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

Os equipamentos doados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e que incluem lote com igual número de no-breaks, já chegaram a esta capital. Com 4 gigabytes de memória e HD de 500 megabytes, os micros têm configuração superior aos que estão em uso no Judiciário estadual.

"Vamos atualizar o acervo e substituir ferramentas de trabalho por outras mais potentes. Todos os computadores do Judiciário têm dois anos de uso, no máximo", explica o presidente Guerreiro Júnior. Nos últimos dois anos, o TJMA enviou cerca de 2.300 micros novos a comarcas de todo o Estado.

Os juízes auxiliares da presidência, Francisca Galiza e José Nilo Ribeiro Filho, e o diretor de Informática

Paulo Rocha Neto irão coordenar a seleção de comarcas a serem atendidas prioritariamente. Para se habilitar, o juiz titular, ou servidor por ele autorizado, deve cadastrar requisição no Digidoc (sistema de movimentação de arquivos do Judiciário).

Com esse procedimento o Tribunal quer evitar desperdícios. Há registro de vários casos de computadores requeridos por comarcas sem necessidade. Eram guardados sob a justificativa de futura reposição, e acabavam se perdendo por longa inatividade e oxidação dos componentes. A maioria das perdas no setor, contudo, tem como alvos os no-breaks, em razão de oscilações elétricas.

Antes de enviar as peças substituídas a Brasília, o TJMA vai levar consulta ao CNJ sobre a possibilidade de cessão de parte dos produtos usados a entidades filantrópicas e delegacias do interior, confirma o juiz Nilo Ribeiro. "Seria uma forma de a Justiça contribuir com a inclusão digital de entidades e órgãos que prestam serviços relevantes à sociedade", justifica.



# TJ-MA vai instalar 2.300 micros em comarcas

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) vai instalar 2.300 computadores novos nas 112 comarcas do estado, e também nas mais de 40 varas judiciais do fórum de São Luís, informou ontem (2) o presidente da Corte de Justiça, desembargador Antônio Guerreiro Júnior.

Os equipamentos doados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e que incluem lote com igual número de no-breaks, já chegaram a esta capital. Com 4 gigabytes de memória e HD de 500 megabytes, os micros têm configuração superior aos que estão em uso no Judiciário estadual.

“Vamos atualizar o acervo e substituir ferramentas de trabalho por outras mais po-

tentes. Todos os computadores do Judiciário têm dois anos de uso, no máximo”, explica o presidente Guerreiro Júnior. Nos últimos dois anos, o TJ-MA enviou cerca de 2.300 micros novos a comarcas de todo o estado.

Os juízes auxiliares da presidência, Francisca Galiza e José Nilo Ribeiro Filho, e o diretor de Informática Paulo Rocha Neto irão coordenar a seleção de comarcas a serem atendidas prioritariamente. Para se habilitar, o juiz titular, ou servidor por ele autorizado, deve cadastrar requisição no Digidoc (sistema de movimentação de arquivos do Judiciário).

Com esse procedimento o Tribunal quer evitar desperdícios. Há registro de vários casos

de computadores requeridos por comarcas sem necessidade. Eram guardados sob a justificativa de futura reposição, e acabavam se perdendo por longa inatividade e oxidação dos componentes. A maioria das perdas no setor, contudo, tem como alvos os no-breaks, em razão de oscilações elétricas.

Antes de enviar as peças substituídas a Brasília, o TJ-MA vai levar consulta ao CNJ sobre a possibilidade de cessão de parte dos produtos usados a entidades filantrópicas e delegacias do interior, confirma o juiz Nilo Ribeiro. “Seria uma forma de a Justiça contribuir com a inclusão digital de entidades e órgãos que prestam serviços relevantes à sociedade”, justifica.

**Roberto Veloso**

## UMA HOMENAGEM AO CUTRIM



**E**ssa homenagem poderia ter sido prestada em muitos momentos da vida do Cutrim. Em várias ocasiões de inúmeras vitórias alcançadas por ele ao longo de sua exitosa carreira. Presto-a, contudo, em uma ocasião de dor, após a perda precoce de seu filho Henrique, o Cutrim Filho, como ficou conhecido em sua campanha para vereador de São Luís, vítima de insuficiência respiratória.

Conheci Cutrim em 1992. Ele estava vindo de Roraima, onde presidiu, na qualidade de delegado da Polícia Federal, o inquérito sobre o massacre de 16 índios ianomâmis em Haximu (Venezuela). Ele havia indiciado pelo crime de genocídio 23 garimpeiros brasileiros que teriam participação direta ou indireta na matança dos índios. Dois foram presos em razão da investigação.

A vida do Cutrim sempre foi de combate ao crime. Em 1992, quando eu atuava como promotor de Justiça em Imperatriz, ele era assessor do então diretor-geral do Detran, coronel Guilherme Baptista Ventura, e o Detran, com o auxílio do Tribunal de Justiça e da Procuradoria

Geral de Justiça, estava em uma investigação no famoso caso dos "fiéis depositários".

Fizemos um bom trabalho e plantamos o fruto de uma amizade duradoura entre ele, Jamil Gedeon, então promotor de Justiça encarregado pela Procuradoria de Justiça para investigar o caso, Guilherme Ventura e eu.

Naquela oportunidade pude conhecer os filhos de Cutrim, Gustavo, o mais velho, e os dois gêmeos, Augusto e Henrique. Ainda eram crianças. Em razão da morte prematura da mãe, foram criados pelo pai sozinho, com a ajuda de uma de suas irmãs mais novas.

Como resultado do trabalho desenvolvido no caso dos fiéis depositários, Guilherme Ventura foi nomeado secretário de Segurança Pública e Cutrim o acompanhou na assessoria. Um fato, porém, obrigaria novamente um contato profissional entre nós: o assassinato do então prefeito de Imperatriz, Renato Moreira, ocorrido em outubro de 1993. O crime foi esclarecido e os acusados de participação identificados e levados a julgamento.

Ao término do governo de

Ribamar Fiquene, houve a nomeação de outro secretário de Segurança, e Raimundo Cutrim, requisitado da Polícia Federal, foi trabalhar no Ministério Público Estadual, na assessoria de Jamil Gedeon, então procurador geral, na qual eu fui o assessor chefe.

Em maio de 1997, o delegado de Polícia Civil Stênio Mendonça foi assassinado barbaramente na praça da Litorânea, em São Luís. Os acusados da morte foram presos e posteriormente mortos em poder da Polícia Civil. Esse fato motivou a queda do secretário de Segurança e a nomeação de Raimundo Cutrim para o cargo.

São inegáveis as conquistas de Raimundo Cutrim frente à Secretaria de Segurança, a começar pela qualificação do pessoal. Ele realizou vários concursos públicos para delegados e agentes de polícia. A primeira turma foi formada na Academia de Polícia Federal em Brasília. Ele inaugurou e fez funcionar a Academia da Polícia Civil no Maranhão. Proveu todas as delegacias de delegado de carreira, o que se tornou um acontecimento histórico, pois, até então inúmeras eram ocupa-

das por policiais militares.

Modernizou a Secretaria de Segurança com a aquisição de viaturas e até de helicóptero. Combateu o crime organizado e pacificou o estado. Foi um dos secretários de segurança mais longevos no cargo. A população reconheceu o seu trabalho e por duas vezes o elegeu deputado estadual pelo Maranhão, estando, atualmente, no exercício do segundo mandato.

Mas, uma vida de lutas e vitórias lhe trouxe um desalento, a morte precoce de um de seus caçulas, o Henrique. Vinícius de Moraes disse certa vez que ele próprio era a imponderável árvore dentro da noite imóvel. Essa imponderabilidade que faz o mundo correr às avessas e obriga um pai a perder um filho.

Cutrim sempre foi um pai dedicado e atencioso. Faz tudo o que pode para os filhos. Por isso, presto-lhe essa homenagem, porque sei, no seu íntimo, que ele desejaria perder tudo que lhe fosse material, inclusive os títulos, para ter o seu querido Henrique de volta.

Cutrim, aceite meus sentimentos nesse momento de dor.

Roberto Veloso é juiz federal e professor doutor da UFMA

## ■ Vaga no TRE

Em ofício enviado ao presidente do Tribunal de Justiça, Guerreiro Júnior, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA), José Bernardo Rodrigues, informou a abertura de vaga para o cargo de juiz substituto na classe de desembargador.

A vaga surge em decorrência da posse do desembargador Froz Sobrinho nos cargos de vice-presidente e corregedor regional eleitoral, no dia 25 de fevereiro de 2013.

A escolha de novo nome para preencher a vaga será feita pelo Pleno do TJ-MA.

## Vaga

Em ofício enviado ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA), desembargador José Bernardo Rodrigues, informa a abertura de vaga para o cargo de juiz substituto na classe de desembargador. A vaga surge em decorrência da posse do desembargador Froz Sobrinho nos cargos de vice-presidente e corregedor regional eleitoral, no dia 25 de fevereiro de 2013. A escolha de novo nome para preencher a vaga será feita pelo Pleno do TJ-MA.



# Titular da Sejap participa de reunião com Grupo de Monitoramento Carcerário do TJ

O secretário de Estado de Justiça e de Administração Penitenciária, Sebastião Uchoa, participou, na segunda-feira (1º), da reunião do Grupo de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão. Em pauta, a situação dos presos do interior do estado que se encontram nas unidades prisionais de São Luís e dos presos provisórios e, ainda, o ensino nos presídios em 2013.

Segundo Uchoa, a situação dos cerca de 1.200 presos do interior que estão cumprindo pena nas unidades prisionais da capital deve ser resolvida a médio e longo prazos, já que existe a necessidade da construção de novos presídios no interior para sanar essa demanda. "Quanto aos internos do interior, em condição de liberdade, que não possuem condições de retornar prontamente para sua cidade, vamos providenciar junto a Secretaria-Adjunta de Justiça, por meio de recursos do Fundo Penitenciário (Funpen), uma casa que sirva de abrigo a eles".

Para o coordenador em exercício do Grupo de Monitoramento, o juiz Douglas de Melo Martins, a presença do secretário Sebastião Uchoa nas reuniões do grupo é de extrema importância para que os problemas sejam resolvidos prontamente, como neste caso dos presos do interior. "Parabéns à Sejap pelo valor e apreço que tem demonstrado com o grupo de monitoramento", ressaltou o juiz.

O juiz Douglas Martins

abordou a necessidade da diminuição no número de presos provisórios do estado e da importância das instituições trabalharem juntas para que o Maranhão alcance a marca nacional que é de 40%. "A ideia é unirmos força para tornar essa diminuição possível e sem a necessidade de fazer o mutirão carcerário", explicou.

Pensando no acompanhamento dos egressos do sistema, Uchoa pontuou a criação, pela Sejap, do núcleo de monitoramento ao egresso que contará com cinco equipes volantes prontas para fazer todo o acompanhamento junto ao ex-detento. No quesito educação nos presídios em 2013, a coordenadora de Educação nas Prisões da Seduc, Silvana Lima, explicou que o edital para contratação dos professores e material para as salas de aula das unidades do interior do estado já foram providenciados.

O secretário-adjunto de Jus-

tiça, Frei Ribamar Cardoso, apresentou o novo coordenador do Núcleo de Educação, Professor Elias, e explicou que por parte da Sejap será oferecido o ambiente, os alunos e a segurança para o ensino. "A educação é fundamental para a ressocialização, ela transforma e reintegra", relatou. Ele frisou que as parcerias já foram firmadas para os cursos de capacitação voltados aos presos do regime semiaberto e, ainda, o retorno dos núcleos de saúde, trabalho e renda, laborterapia, assistência psicológica, social, religiosa e a novidade que é o núcleo de assistência ao servidor do órgão.

Presentes, também, na reunião representantes dos Conselhos Penitenciário do Maranhão, da Comunidade, da Defensoria Pública e da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) de Pedreiras e de São Luís.

CLAYTON MONTELES



Sebastião Uchoa reunido com integrantes do Grupo de Monitoramento





**ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO N° 25/2013  
Processo n.º 49197/2012**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Federal n.º 5.450/05, dos Decretos Estaduais n.º 26.645/10 e n.º 24.628/08, Resolução n.º 18/04- TJ/MA e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Tipo MENOR PREÇO, por LOTE, para contratação de empresa especializada em serviços continuados de instalação e manutenção preventiva e corretiva de infraestrutura de cabeamento para redes lógicas, elétricas e outras, no dia 17/04/2013, às 10:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos de tecnologia da informação, site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), sendo presidida por Pregoeira Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha, CEP 65.036-710, São Luís- MA. A pregoeira informa que, o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).**

São Luís, 1º de abril de 2013.  
**Kátia Araujo Gonçalves**  
**Pregoeira TJ/MA**

## Devedores de custas processuais terão nomes negativados

Devedores de custas processuais finais com débitos inscritos na dívida ativa do Estado do Maranhão terão seus nomes negativados junto aos órgãos de proteção ao crédito (SPC e Serasa).

Dados do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Poder Judiciário (FERJ) apontam que, de 2010 até setembro de 2012, cerca de 2.560 certidões de débito foram encaminhadas à Secretaria de Estado da Fazenda, totalizando R\$ 844.977,07.

A cobrança é autorizada pela Lei Federal nº 12.767/2012, que inclui entre os títulos sujeitos a protesto as certidões de dívida ativa da União, dos estados, Distrito Federal, municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas.

“É gerada uma certidão quando o FERJ solicita ao Estado a

inclusão do débito na dívida ativa. O documento é levado ao cartório da localidade do domicílio do devedor, a fim de que seja protestado e seu nome negativado, em caso de não pagamento”, explica a diretora do Fundo, Celerita Dinorah Carvalho.

O devedor que quiser pagar a dívida após a notificação do cartório, ou mesmo após o protesto, poderá fazê-lo desde que pague o valor do débito, os emolumentos cartorários e as despesas com o protesto, a fim de que seu nome seja retirado dos órgãos de proteção ao crédito.

Disciplinada pela Resolução 29/2009 do TJ-MÁ, a cobrança é aplicada somente para custas processuais finais com valor superior a R\$ 200 na entrância final; a R\$ 100 na entrância intermediária; e a R\$ 50 na entrância inicial.

## Servidores do TCE fazem paralisação por duas horas

Servidores do Tribunal de Contas do Estado (TCE) realizaram, na manhã de ontem (2), no hall de entrada do órgão, no Bairro do Jaracati, o segundo dia de mobilização, em sinal de advertência, pela exigência da reposição das perdas salariais e reajuste do auxílio-alimentação.

PÁGINA 5

# Servidores do TCE fazem paralisação por duas horas

POR JULLY CAMILO

Servidores do Tribunal de Contas do Estado (TCE) realizaram, na manhã de ontem (2), no hall de entrada do órgão, no Bairro do Jaracati, o segundo dia de mobilização, em sinal de advertência, pela exigência da reposição das perdas salariais e reajuste do auxílio alimentação. A categoria se manteve paralisada das 8h às 10h e afirmou que não descarta a possibilidade de uma greve geral, caso o canal de negociações com o Tribunal continue fechado.

Segundo o presidente do Sindicato dos Auditores Estaduais de Controle Externo do Maranhão (Sindaecema), Pedro Cantanhede, os 540 servidores, sendo 190 auditores de controle externo e 350 auxiliares e técnicos, lutam pela reposição das perdas salariais que estão acumuladas desde 2011. Ele explicou que a categoria não está exigindo aumento salarial, mas sim a recomposição dos ganhos, que vem sendo corroída pela inflação do período.

“As nossas perdas já totalizam 12,33%, conforme a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), para os últimos dois anos. A nossa luta é pela correção dos nossos salários, pois o TCE é o único órgão da administração estadual que ainda não fez tal procedimento, permanecendo assim na ‘contramão’”, informou.

De acordo com o sindicalista, outra exigência dos servidores é



Funcionários do TCE pararam em busca de diálogo com a presidência do órgão

a atualização do ticket alimentação. Ele explicou que, desde 2009, o auxílio permanece no patamar de R\$ 330, quando em outros órgãos, como o Tribunal de Justiça, o valor já foi corrigido para R\$ 726.

“Queremos somente a equiparação com a dos outros servidores, afinal já estamos há quase quatro anos com a mesma quantia. Infelizmente, a presidência do órgão ainda não nos chamou para conversar; porém só vamos

esperar um posicionamento até sexta-feira (5), caso o canal de negociações continue fechado, iremos chamar uma assembleia geral, onde poderemos ou não deliberar por uma greve por tempo indeterminado”, declarou.

Pedro Cantanhede disse que os servidores não tiveram o intuito de prejudicar ninguém, por isso foi mantida uma equipe trabalhando para que a entrega das prestações de contas referentes a 2012, das prefeituras, câmaras

municipais e demais órgãos, não fosse prejudicada. “Estamos no último dia e o não cumprimento do prazo, por parte dos gestores, acarreta em diversas sanções, dentre elas pagamento de multa, acionamento por parte do Ministério Público Estadual e inclusão do seu nome na chamada lista de inadimplentes, que será encaminhada ao Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), órgão que poderá torná-lo inelegível”, explicou.



## IMPERATRIZ

# 2ª Vara Criminal inicia série de júris nesta quinta-feira

A 2ª Vara Criminal de Imperatriz dá início, nesta quinta-feira (4), no Salão de Júris do fórum da comarca, a uma série de júris cujo encerramento ocorre no próximo dia 25. Comandados pela titular da unidade, juíza Suely de Oliveira Santos Feitosa, os júris, agendados para os dias 4, 11, 18 e 25, integram a pauta da 1ª Reunião Ordinária do Tribunal do Júri.

**Foragido** – No primeiro julgamento da série, o réu foragido Silvio Andrade Costa, 33 anos, responde pela acusação de homicídio praticado contra Edilson Freitas Santiago, 38 anos. O crime ocorreu no dia 27 de janeiro de 2002, por volta das 0h30, em um bar situado no local denominado Vilinha, quando da realização de uma seresta que acontecia no estabelecimento.

De acordo com os autos, na ocasião a vítima, em adiantado estado de embriagues, teria sido atingida por dois tiros disparados pelo acusado quando passava por esse em direção ao banheiro do bar. Ainda segundo os autos, após o crime o réu teria se evadido do local, de arma em punho, e ameaçando os presentes.

Silvio permaneceu foragido durante vários anos e teve a prisão preventiva decretada e o processo suspenso. Preso em Belém (PA) por crime praticado no lugar, Silvio teve a prisão comunicada ao Juízo, quando o



**Idelzio Gonçalves de Oliveira será submetido a júri popular**

processo retomou o curso normal e o acusado intimado da data do júri. No fim do ano passado, o réu fugiu do presídio onde se encontrava.

**Garrafa** – No segundo julgamento da série, no dia 11, Reginaldo de Melo Pimentel e Emerson Gomes de Oliveira vão a júri pela tentativa de homicídio que teve como vítima Mauro Sousa Silva. Outro acusado do crime, Jairam Mendes de Sousa, faleceu em 7 de dezembro de 2012, tendo extinta sua punibilidade.

Consta do processo que o crime teria ocorrido no dia 5 de dezembro de 2007, em um bar de propriedade da vítima, quando, após Emerson e Jairam ingerirem duas cervejas, o primeiro, utilizando-se de uma garrafa, teria atingido Mauro na cabeça. Em seguida, Jairam teria sacado de um revólver com o qual desferiu dois disparos em direção à vítima.

Após o ocorrido, Emerson e Jairam teriam saído do local em desabalada carreira em um

veículo dirigido por Reginaldo. Emerson foi reconhecido pela vítima em um lava-jato onde trabalhava e onde Mauro teria levado um carro para lavar. A polícia foi avisada e Emerson confessou o crime, bem como a participação dos outros dois acusados.

Ainda de acordo com o processo, Emerson e Jairam teriam sido levados ao local do crime por Reginaldo, que teria contratado os dois, mediante recompensa, para matarem Mauro. O motivo do crime seria uma discussão travada anteriormente entre Reginaldo e Mauro, acerca da paternidade do filho de uma mulher conhecida como Dinéia, paternidade essa atribuída à vítima.

No dia 18, a ré é Francisca Neusangela Mendes. Ela responde por tentativa de homicídio qualificado.

**Ex-prefeito** – No último julgamento da série, no dia 25, os réus são Idelzio Gonçalves de Oliveira, o Juça, ex-prefeito de São Pedro da Água Branca e a esposa, Edilane Pereira do Nascimento. Eles são acusados de serem os mandantes do homicídio (qualificado) do secretário de Meio Ambiente do município, Osmar Luna Peixoto.

O acusado de ser o executor do crime, o ex-policial Paulo Sena Aleixo, foi julgado no fim de 2012, tendo sido absolvido. O júri foi realizado pela 1ª vara criminal de Imperatriz.